

## A Pesquisa Aplicada no Desenvolvimento da Narrativa Jornalística Multimídia em Formato *Longform*<sup>1</sup>

Alexsandra ZANESCO<sup>2</sup>

Ana Paula BOURSCHIED<sup>3</sup>

Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó, Chapecó-SC

### RESUMO

Este artigo apresenta o processo de produção da reportagem multimídia em formato *longform* ‘Transexualidade: um debate além das genitálias’, produzida em 2020 como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no curso de Jornalismo da Unochapecó. A narrativa é resultado de uma pesquisa aplicada que teve como tema a transexualidade em diferentes espaços da sociedade. O objetivo geral deste estudo é a produção de uma narrativa jornalística multimídia, através da elaboração de perfis de pessoas trans no município de Chapecó-SC. Já os objetivos específicos visam: conceituar as terminologias utilizadas para denominar a comunidade LGBTI+; compreender as transformações em relação ao indivíduo que perpassa pela transição; entender o convívio social da comunidade transgênero em espaços heteronormativos; e, identificar os avanços na área dos direitos sociais alcançados pela comunidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Jornalismo; Reportagem Multimídia; Gênero; Transexualidade; Pesquisa aplicada.

### INTRODUÇÃO

De acordo com o dossiê do Grupo Gay da Bahia (GGB, 2019), a cada 26 horas um LGBTI+ é assassinado no Brasil. Não é à toa que o país é o que mais mata os membros desta comunidade. O descaso com a vida dessa população é apenas a ponta do *iceberg*. Os LGBTI+ são tão invisibilizados que nem sequer são incluídos no censo nacional realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Além disso, serviços básicos garantidos pela Constituição Brasileira de 1988, como a educação e a saúde, ainda são privilégios para esses cidadãos.

O preconceito com as pessoas transgênero é ainda mais preocupante. Dados apresentados no dossiê (2019) desenvolvido pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), apontam que a expectativa de vida desta parte da comunidade LGBTI+ é de 35 anos, enquanto a da população brasileira em geral é de 76,3 anos (IBGE,

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no IJ05 - Comunicação Multimídia, da Intercom Júnior – XVI Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Jornalista formada pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó); e-mail: alexsandra.zanESCO@unochapeco.edu.br.

<sup>3</sup> Professora orientadora. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PPGCOM/PUCRS), e-mail: [bourscheidana@gmail.com](mailto:bourscheidana@gmail.com).

2019). Pessoas trans não são bem recepcionadas no mercado de trabalho, como aponta a pesquisa realizada em 2018 nas sedes regionais da Antra nos estados do Sul, Sudeste, Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e que identificou que 90% das mulheres trans recorrem à prostituição em algum momento da vida. Deste modo, na maioria dos casos as pessoas transexuais só têm duas opções, a prostituição ou a prestação de serviços na área da beleza, devido aos estereótipos instituídos pela sociedade, estes mercados são os poucos que aceitam essa comunidade.

Em espaços públicos, transgêneros não podem fazer uso do seu nome social e não têm sequer o direito ao uso de banheiros de acordo com o gênero com o qual se identificam. Desistem de estudar e de buscar atendimento na área da saúde pela falta de inclusão e respeito. Apesar do Sistema Único de Saúde (SUS) oferecer de forma gratuita todo o processo de transgenitalização, desde terapia hormonal até procedimentos cirúrgicos, os médicos especialistas alegam não saberem lidar com as necessidades que surgem, ocasionando situações de desrespeito quanto ao uso do nome social e a orientação sexual das pessoas trans.

Estas evidências justificam a importância da realização de estudos que auxiliem na compreensão e construção de conhecimentos em relação a esta temática e motivaram a realização da pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no curso de Jornalismo da Unochapecó, intitulada ‘Transexualidade: um debate além das genitálias’<sup>4</sup>. A pesquisa aplicada teve como objetivo geral produzir a reportagem multimídia em formato *longform*, através da elaboração de perfis de pessoas transgênero em diversos espaços da sociedade.

O formato escolhido para o desenvolvimento da pesquisa aplicada foi a reportagem multimídia que surgiu em meados dos anos 2000. Essa modalidade de narrativa jornalística permite ao leitor “[...] ler, assistir e ouvir o que se passa no mundo de forma tão convergente.” (PRADO, 2011, p.125). De maneira simples, este formato pode ser definido como uma matéria que combina elementos multimídia (fotos, vídeos e áudios), que completam a narrativa e a tornam mais atrativa e informativa. As produções para *web* têm características exclusivas do meio eletrônico, Canavillas (2014) aponta hipertextualidade, multimedialidade, interatividade, memória, instantaneidade, personalização e ubiquidade, como as sete características que distinguem o webjornalismo e seus formatos dos meios tradicionais.

Para dar conta do objetivo geral, foram estruturados os seguintes objetivos

---

<sup>4</sup> Disponível em: <https://alemdasgenitalias.wixsite.com/transexualidade>. Acesso em: 11 abr. 2021.

específicos: conceituar de forma correta as terminologias utilizadas para denominar a comunidade LGBTI+; compreender as transformações em relação ao indivíduo que perpassa pela transição; entender o convívio social da população transgênero em diferentes espaços da sociedade; e, identificar os avanços na área dos direitos sociais alcançados por essa população, foram entrevistadas quatro pessoas transgênero da cidade de Chapecó-SC, que retrataram a realidade dessa comunidade no mercado de trabalho, área da saúde, educação, entre outros espaços heteronormativos do município.

### **TRANSEXUALIDADE: LIBERDADE E RESPEITO COM A INDIVIDUALIDADE**

No Brasil, não existe consenso entre os pesquisadores sobre o termo correto para designar a comunidade LGBTI+, ou mesmo, as pessoas transexuais. Por isso, para o desenvolvimento desta pesquisa, optou-se por utilizar a terminologia proposta em 2018 no ‘Manual de Comunicação LGBTI+’, desenvolvido pela Aliança Nacional LGBT em parceria com a Rede GayLatino, a nomenclatura é considerada a mais atualizada e inclusiva. A sigla visa representar toda a comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexuais e com a inclusão do símbolo +, é utilizado para representar todas as outras letras que compõem a sigla LGBTT2QQIAAP, que não para de crescer.

O termo transgênero é utilizado “[...] para descrever pessoas que transitam entre os gêneros. São pessoas cuja identidade de gênero transcende as definições convencionais de sexualidade.” (ABGLT, 2010, p.17 *apud* REIS, 2018, p.30). A nomenclatura pode ser substituída por ‘pessoas trans’, as mesmas, podem ser usadas para citar as travestis e as transexuais. A palavra travesti divide opiniões para parte da comunidade LGBTI+, o termo deriva do latim, que traduzido significa vestir-se do outro, o mesmo é comumente associado a prostituição, por isso, historicamente tido como pejorativo. Atualmente, a palavra travesti está sendo ressignificada pela comunidade e visa enaltecer a vida e a história dessa parte da comunidade, que muitas vezes é marginalizada.

Transexualidade é uma questão de gênero e identidade, que não têm relação com a genitália ou orientação sexual. Não é capricho, doença mental, contagiosa ou perversão sexual. As pessoas transgênero sentem que sua constituição física não corresponde com a forma que pensam e sentem, e a adequação do corpo seria a solução para se ‘encaixar’.

Para a pessoa transexual, é imprescindível viver integralmente como ela é por dentro, seja na aceitação social e profissional do nome pelo qual ela se identifica ou no uso do banheiro correspondente à sua identidade, entre outros aspectos. Isso

---

ajuda na consolidação da sua identidade e para avaliar se ela pode fazer a cirurgia de transgenitalização (adequação do órgão genital). Algumas pessoas transexuais decidem não fazer a cirurgia. (JESUS, 2012, p.09).

Qualquer identidade de gênero que não esteja dentro do padrão heteronormativo é motivo de preconceito, principalmente, em grupos religioso e conservadores de direita, que insistem em retrocessos nos direitos da comunidade LGBTI+, mas a comunidade resiste e têm tido avanços significativos. A identificação pelo nome social nos serviços oferecidos pelo SUS foi garantida em 2009, a união civil entre pessoas do mesmo sexo foi garantida pelo Supremo Tribunal Federal em maio de 2011, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou em 2013, uma resolução que permite aos cartórios registrarem uniões homoafetivas. Em 2018, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) aprovou a regulamentação que proíbe psicólogos de realizarem tratamentos de "reorientação sexual", popularmente conhecidos como "cura gay", em pessoas transgênero. A mais recente e importante vitória do movimento foi a criminalização da homofobia.

A LGBTfobia ou homofobia, criminalizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em junho de 2019, com muita luta e persistência, tramitava desde 2006. O relatório do Grupo Gay da Bahia (GGB) aponta que em 2019, 329 LGBTI+ tiveram morte violenta no Brasil, vítimas da homofobia, 90,3% foram registrados como homicídio e 9,7% como suicídio. Porém, a maior parte das pessoas não conhece o significado do termo homofobia, segundo Dias (2012, p.01), homofobia significa aversão aos homossexuais.

Sem precisar ir ao dicionário, a expressão compreende qualquer ato ou manifestação de ódio ou rejeição a homossexuais, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. Apesar de a palavra homofobia albergar todos esses segmentos, novas expressões, comolésbofobia, bifobia e transfobia, surgem para dar ainda mais visibilidade à intolerância em todos os seus matizes. (DIAS, 2012, p.01).

Outra importante conquista ocorreu em maio de 2019, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) removeu de sua classificação oficial de doenças, a CID-11, o chamado ‘transtorno de identidade de gênero’, a definição considerava como doença mental a situação de pessoas trans. A transexualidade passou a ser incluída em uma nova seção sobre a saúde sexual. Na área da saúde, os avanços são vagarosos e a nova categoria é um passo importante para melhorar o sistema. “A nova categorização da OMS vai ajudar a diminuir a discriminação, uma grande barreira que impede o acesso a serviços de prevenção, testagem e tratamento para o HIV.” (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2019).

O movimento LGBTI+ garantiu, em 2001, uma importante conquista para a comunidade, a inclusão dos procedimentos transexualizadores no Sistema Único de Saúde (SUS) junto ao Conselho Federal de Medicina e ao Supremo Tribunal Federal (STF). A cirurgia transgenitalização foi garantida pelo Ministério da Saúde em 2008, com a homologação da Portaria Nº 457. No entanto, foi só a partir de 2013 que o Ministério da Saúde, por meio da Portaria nº 2803, aumentou o número de procedimentos ambulatoriais e hospitalares oferecidos para pessoas trans.

Os procedimentos cirúrgicos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), segundo relatório da Antra (2019), podem demorar até 10 anos, pois o serviço é oferecido apenas nos seguintes hospitais: Hospital das Clínicas (HC) de Porto Alegre; HC da Universidade Federal de Goiás; HC da Universidade Federal de Pernambuco; HC da Universidade de São Paulo; e, Hospital Universitário Pedro Ernesto, no Rio de Janeiro. Na rede particular de saúde, o Ministério da Saúde não possui estatísticas sobre o número de centros especializados, entretanto, à reportagem<sup>5</sup> apresentada em 2018, no programa de televisão da Rede Globo, Profissão Repórter, aponta que a cirurgia chega a custar R\$ 45.000,00.

A comunidade LGBTI+ é invisibilizada e existem poucas pesquisas na área, mas a demanda por respeito e acolhimento, não é pequena. Conforme mapeamento realizado pelo GGB (2018), residem no Brasil cerca de 20 milhões de gays, 12 milhões de lésbicas e 1 milhão de pessoas trans. Com o passar dos anos, a partir de ações de luta por respeito e inclusão, os LGBTI+ têm conquistado seus direitos e ganhado espaço nas telas de cinema, em novelas do horário nobre, na política, no jornalismo, com a atuação da comunidade tanto como jornalistas e também como fontes especializadas de diferentes pautas.

## **A REPORTAGEM MULTIMÍDIA NO JORNALISMO DO SÉCULO XXI**

Distinguir tipo e gênero textual é uma tarefa complexa, no entanto, é impossível “[...] se comunicar verbalmente a não ser por algum gênero, assim como é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum texto.” (MARCUSCHI, 2010, p.22 *apud* OLIVEIRA, 2013, p.177). O gênero textual é uma noção ampla usada para citar os textos materializados encontrados no cotidiano, neles, são apresentadas características sociocomunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica. Existem milhares de gêneros textuais, dentre eles: telefonema; sermão; cartas; romance; bilhete; reportagem

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6914674/>. Acesso em: 24 abr. 2021.

jornalística; aula expositiva; reunião de condomínio; notícia jornalística; horóscopo; e, receita culinária. (OLIVEIRA, 2013, p.177).

Ao longo dos últimos anos, com a evolução da tecnologia e da informação, surgiram milhares de novos formatos jornalísticos específicos do webjornalismo, este “[...] refere-se a uma parte específica da internet, que disponibiliza interfaces gráficas de uma forma bastante amigável” (MIELNICZUK, 2003, p.26). A nomenclatura está relacionada com o suporte técnico. Por exemplo, quando falamos de jornalismo de televisão, utilizamos ‘telejornalismo’, o mesmo acontece quando falamos de radiojornalismo ou de jornalismo impresso. Por isso, a utilização do termo é natural. O webjornalismo e suas características alteraram a relação dos comunicadores com o produto, além da relação do leitor com o jornalismo, que passa de espectador para produtor de conteúdo.

Uma sistematização das fases do webjornalismo com foco para a produção de conteúdo, foi elaborada em 2001 por John Pavlik. O autor distingue três fases. A primeira, é denominada ‘modelo mãe’ e refere-se aos sites que publicam material em primeira mão para edição em outros meios. A segunda fase é marcada pela criação de conteúdos originais para a rede com hiperlinks, interatividade, acessibilidade, multimídia e customização. A terceira fase, é marcada pela possibilidade de narrativas imersivas que permitem ao leitor navegar através da informação em multimídia. A fase caracteriza-se pela produção de conteúdos noticiosos desenvolvidos especificamente para a web, além do reconhecimento da internet como um novo meio de comunicação. (MIELNICZUK, 2003, p. 29-30).

A pesquisadora Suzana Barbosa (2013) identifica ainda a quarta e quinta geração de desenvolvimento do jornalismo nas redes digitais. A quarta geração é marcada pela consolidação de bases de dados como parte da estrutura jornalística e agente singular no processo de convergência. (BARBOSA, 2008, p. 08-09). A quinta geração é marcada por traços da medialidade, horizontalidade, mídias móveis, aplicativos e produtos auto conectores. (BARBOSA, 2013, p. 42).

O webjornalismo e as características, apontadas na obra organizada por Canavillas (2014), hipertextualidade, multimídia, interatividade, memória, instantaneidade, personalização e ubiquidade, alteraram a relação dos comunicadores com o produto, além da relação do leitor com o jornalismo, que passa de espectador para produtor de conteúdo.

Dentre os gêneros oriundos da *web* está a reportagem multimídia, que surgiu em meados dos anos 2000. A multimídia permite ao leitor “[...] ler, assistir e ouvir o que se passa no mundo de forma tão convergente.” (PRADO, 2011, p.125). Mas, afinal, o que é uma

reportagem multimídia? De maneira simples, é uma matéria que combina elementos multimídia (foto, vídeo, áudio e infográfico), que completam a narrativa e a tornam mais atrativa e informativa.

Para a elaboração da reportagem multimídia, é preciso seguir passos fundamentais que garantem a produção de um material informativo de qualidade. O primeiro passo é a delimitação do tema, que deve ser relevante e de interesse público, em seguida, é necessário compreender o que é reportagem e as suas classificações. A terceira etapa, é pensar na construção do produto diante das transformações e características que a reportagem adquire enquanto gênero webjornalístico. (MARCIANO *et al.*, 2016, p.20).

Em meio aos formatos narrativos que o webjornalismo apresenta, está ainda a narrativa *longform*, que tem como característica um texto extenso, de 4 à 10 mil palavras, e recursos multimídia. O formato começou a ser discutido em 2012 e ganhou espaço no webjornalismo da grande mídia. Longhi (2016), apresenta características que auxiliam na identificação da *longform*.

[...] uma apuração mais aprofundada e uma edição mais meticulosa. Em termos de linguagem, explora os recursos multimídia nos meios digitais, como vídeo, fotografia, infográficos e som, e um texto caracterizado por uma dimensão mais longa, cuja extensão ultrapassa as quatro mil palavras, pelo menos. (LONGHI, 2016, online).

Para caracterizar a reportagem como *longform*, seguiu-se as particularidades do formato, lavando em consideração a dimensão, recursos técnicos e elementos de qualidade. Em relação a dimensão, buscou-se realizar uma narrativa longa, que demanda tempo para leitura e exige um período de produção estendido. Já nos recursos técnicos, foi elaborado um design responsivo com predominância da verticalização. E nos elementos de qualidade, foi elaborada pesquisa aprofundada do tema, contextualização para imersão do leitor, uso de base de dados, humanização da narrativa, hipertextualidade, multimídia e interatividade.

As iniciativas do jornalismo no ambiente digital de construir narrativas hipermídia long form têm garantido o aproveitamento de potencialidades do meio e possibilitado que a reportagem na web e nos dispositivos móveis inove e se reconfigure como um produto com características próprias deste ambiente. Com isso, essas narrativas representam para o jornalismo o espaço de reinvenção de práticas (algumas antigas e renovadas e outras que surgem com as novas exigências técnicas) e de garantia da oferta ao leitor de um jornalismo mais qualificado. (BACCIN, 2017, p.97).

A escolha da reportagem deve-se pelo gênero possibilitar a apresentação de uma abordagem aprofundada sobre a temática, de forma que esclarece dúvidas, mostra diversas realidades e apresenta as informações de maneira dinâmica e atrativa. Produzir esse conteúdo para a *web*, oferece ao leitor a experiência de informação multimídia, interativa e didática. Além disso, a narrativa *longform* qualifica e potencializa o trabalho do jornalista do século XXI, o que torna sua produção e conhecimento indispensáveis para a formação de profissionais na área da comunicação.

## **PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA APLICADA EM FORMATO DE REPORTAGEM MULTIMÍDIA**

A pesquisa aplicada em comunicação é definida por Renó como aquela “[...] que reúnem momentos de atividades teóricas e práticas.” (RENÓ, 2014, p.09). O formato tem perdido espaço em tempos de imediatismo, mas, mesmo assim, é indispensável para a comunicação contemporânea. O método visa a elaboração de conteúdo de qualidade, bem apurado e verídico. Para o desenvolvimento da pesquisa aplicada em comunicação, especificamente no jornalismo, é necessário adotar metodologias que justifiquem e atendam a proposta e objetivos do pesquisador.

Na produção da reportagem multimídia ‘Transexualidade: um debate muito além das genitálias’, foi executada pesquisa bibliográfica, utilizando o método proposto por Stumpf (2011, p.51), em que a pesquisadora salienta que este é o método inicial de toda pesquisa, e muitas vezes é o único. É através deste recurso que o pesquisador apresenta, examina e compreende a literatura selecionada para o desenvolvimento da pesquisa.

O procedimento é utilizado para fundamentar a escolha do formato, da temática e dos termos utilizados. Além disso, foram realizadas pesquisas eletrônicas em bases de dados para complementar as informações e entrevistas. Esse mecanismo é responsável por realizar a extração de informações na *web* em endereços de confiança. (GERHARDT *et al.*, 2009, p.69). Com o intuito de complementar as informações coletadas, foi realizada uma pesquisa documental, na qual foram consultadas questões legislativas e jurídicas voltadas para as áreas de evolução da população trans.

Por se tratar de uma reportagem multimídia, foi necessário realizar a coleta de matérias em formato de vídeo, áudio e imagens. Em decorrência da pandemia do novo coronavírus, a realização das entrevistas se deu por meio de videochamadas no aplicativo *Google Meet* para garantir a saúde da acadêmica e dos entrevistados. As entrevistas foram



realizadas de 20 de agosto a 24 de setembro de 2020 e seguiram um pré-roteiro desenvolvido pela acadêmica e sua orientadora. Parte do conteúdo coletado em vídeo foi convertido em áudio. As imagens foram concedidas pelos entrevistados e/ou retiradas de bancos de imagens.

Para construir a reportagem foram efetuadas entrevistas com pessoas trans que residem na cidade de Chapecó-SC. O contato foi realizado a partir de conversa com representantes da União Nacional LGBT de Chapecó (UNA Chapecó) e por meio de indicações realizadas pela ativista e fonte da reportagem, Karla Muniz. Foram mapeadas inicialmente seis fontes, porém apenas quatro retornaram o contato. A narrativa é composta pelas histórias de duas mulheres trans, Bruna Freitas e Karla Muniz, e dois homens trans, Alexandre Pagno e Henrique Machado.

A reportagem conta ainda, com as entrevistas da nutricionista Helenita Moreno, da psicóloga Andréa Luiza da Silveira, da advogada que preside a Comissão de Direito Homoafetivo e Gênero da Ordem dos Advogados Brasileiros de Santa Catarina (OAB SC), Margareth da Silva Hernandez e da enfermeira Vivanceli Brunello que coordena o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) do município de Chapecó. Também foi realizado contato com o Trabalha Brasil, antigo Sistema Nacional de Emprego (Sine), para obter informações sobre o mercado de trabalho para essa comunidade, porém, a assessoria de comunicação informou que o sistema não possibilita a triagem em relação a gênero, pois configura discriminação, sendo assim, não há informações por parte deste setor. Houve ainda, tentativa de contato com a Antra e o portal TransEmprego, porém não obtivemos retorno.

Para hospedar o conteúdo, desenvolve-se na *WIX*, uma plataforma online que oferece templates de fácil compreensão para o leitor, um site responsivo para abrigar a reportagem. Como destacam Longhi e Wiques (2015), responsivo refere-se ao fato da plataforma se adaptar aos tamanhos de ecrãs das telas de qualquer dispositivo. O desenvolvimento da página foi realizado a partir de um modelo disponibilizado pela plataforma e a partir deste modelo foram feitas alterações na fonte, cores, menu, entre outros recursos (Figura 1).

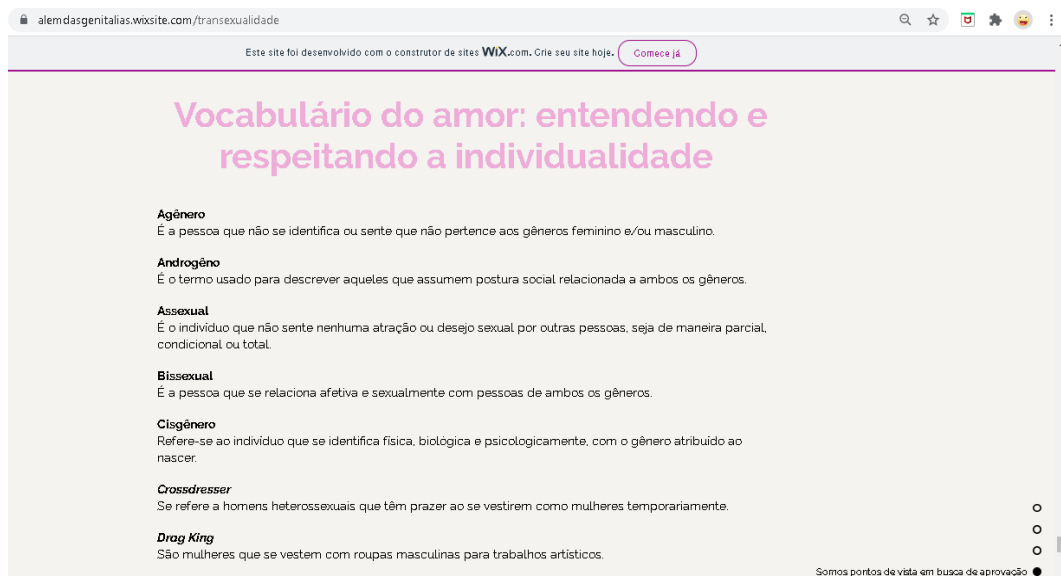
**Figura 1-** Página de apresentação do site em que está hospedada a reportagem multimídia.



Fonte: Captura de tela da reportagem multimídia.

No template foram adotadas as cores azul e rosa que fazem alusão a bandeira trans. A tela com rolagem vertical é dividida em introdução (Saia da sua caixa), três capítulos (Diversidade: sinônimo de liberdade; É hora de conhecer o seu verdadeiro eu; Somos pontos de vista em busca de aprovação) e glossário (Vocabulário do amor: entendendo e respeitando a individualidade). A organização e os títulos dos capítulos fazem referência a trajetória dos entrevistados que em seus relatos apresentam um processo similar de busca, encontro e libertação. O glossário consiste em uma importante ferramenta para diminuir o preconceito e a desinformação. Nele, constam terminologias representativas e inclusivas referentes à comunidade LGBTI+. (Figura 2).

**Figura 2** - Página com o glossário da reportagem multimídia.



Fonte: Captura de tela da reportagem multimídia.

O leitor pode escolher sua experiência de consumo através do menu, na lateral inferior direita. Já ao longo da narrativa são apresentados vídeos, áudios e imagens, elementos que caracterizam a reportagem multimídia. Além disso, há a inserção de hiperlinks, estes direcionam o leitor para conteúdos complementares, este é outro componente que caracteriza a multimídia do produto. O conteúdo foi pensado e elaborado para contribuir com um jornalismo mais inclusivo, atento à realidade, que respeita as diferenças e a individualidade. Apesar dos recentes avanços, a sociedade brasileira ainda tem um longo caminho a percorrer para garantir a equidade de direitos à comunidade LGBTI+.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa aplicada em formato de reportagem multimídia *longform* ‘Transexualidade: um debate além das genitálias’ surgiu da inquietação da estudante na reta final da graduação em jornalismo em compreender a forma como as pessoas trans são invisibilizadas e excluídas no mercado de trabalho, em espaços religiosos, na área da saúde, na educação, no ciclo familiar e em tantos outros espaços que não respeitam a diversidade. Em pleno século XXI, é inadmissível que uma pessoa seja vítima de preconceito ou pior, assassinada por ser ela mesma. É necessário falar sobre orientação sexual e identidade de gênero para que haja mais acolhimento e menos preconceito.

---

A comunidade LGBTI+ não quer privilégio, só quer acessar seus direitos de forma digna e garantir a liberdade de ser quem quiser. No país que mais mata essa comunidade, a frase de ordem é “resistência para existir, existir para reagir” (SIMPSON, 2018). Ser transgênero vai muito além da genitália, é uma indagação interna, que muitas vezes é silenciada pelo medo ou desconhecimento, que diz respeito à forma como a pessoa pensa e se sente. Não cabe as pessoas cisgênero julgar ou opinar sobre uma experiência única e pessoal das pessoas transgênero, cabe apenas o acolhimento e respeito com a individualidade.

Destaca-se que produzir a pesquisa aplicada como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi um grande desafio em um ano atípico de pandemia. A coleta de entrevistas por meio do *Google Meet* foi uma das maiores dificuldades, pois a internet nem sempre colaborava para o bom andamento das entrevistas e, por isso, alguns materiais multimídia têm pouca qualidade de resolução e áudio. O mesmo acontece com as fotos, todas foram colhidas do acervo pessoal dos entrevistados, devido às restrições de circulação não foi possível produzir material próprio.

Diante de todas as mudanças em relação ao tradicional modo de produzir jornalismo, a experiência de desenvolver a pesquisa aplicada e apresentar como resultado uma reportagem multimídia em meio à pandemia que parou o mundo, trouxe muitos aprendizados na reta final da graduação. Conhecer a batalha em busca do autoconhecimento do Alexandre Pagno, a luta da Bruna Freitas para se encaixar no padrão de beleza ideal, a liberdade do Henrique Machado de um corpo que não fazia sentido e a resistência de Karla Muniz para sobreviver em meio ao preconceito sofrido pelas pessoas trans, oportunizou compreender a realidade de uma comunidade que é invisibilizada em todos os espaços da sociedade. Ressalta-se que, enquanto pesquisadora e jornalista em constante formação, vale destacar que tem-se clareza que este não é o espaço de fala, apenas o local de pesquisa. O espaço de fala compete às pessoas trans que foram ouvidas ao longo da narrativa.

A elaboração da reportagem multimídia em formato *longform*, é uma maneira de conhecer e compreender os desafios diários enfrentados por essa comunidade, por isso, a pesquisa e a escuta foram indispensáveis. A escolha de desenvolver um produto para a *web* deve-se ao fato do formato ser de fácil acesso e grande alcance, especialmente pela navegação a partir dos dispositivos móveis. As narrativas presentes na produção são reais e vão de encontro às histórias de mais de um milhão de pessoas, segundo relatório do GGB (2018), que não se identificam com o gênero com o qual são designadas ao nascerem.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Guilherme Silva de. Reflexões iniciais sobre o processo transexualizador no SUS a partir de uma experiência de atendimento. *In: **Transexualidade, travestilidade e direito à saúde***, São Paulo: Oficina Editorial, 2010. p.117-14.
- BACCIN, Alciane. A narrativa *longform* em reportagens hiperfórmula. *In: **Estudos em Jornalismo e Mídia***, v.14, n. 1, janeiro a junho 2017. p. 89-101. Disponível em: [periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2017v14n1p89/35056](http://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2017v14n1p89/35056). Acesso em: 11 abr. 2021.
- BARBOSA, Suzana. Modelo JDBD e o ciberjornalismo de quarta geração. *In: **Congresso Internacional de Periodismo en la Red***, 3. Madrid: Facultad de Periodismo de la Universidad Complutense de Madrid, 2008.
- \_\_\_\_\_. Jornalismo convergente e *continuum* multimídia na quinta geração do jornalismo nas redes digitais. *In: CANAVILHAS, João (Org.). **Notícias e mobilidade: jornalismo na era dos dispositivos móveis***. Covilhã: Livros Labcom, 2013.
- BENEVIDES, Bruna; NOGUEIRA, Sayonara Naidier Bonfim (Orgs.). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020. Disponível em: [antrabrazil.org/assassinatos/](http://antrabrazil.org/assassinatos/). Acesso em: 04 abr. 2021.
- \_\_\_\_\_; SIMPSON, Keila. (Orgs.). **Mapa dos assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017**. Brasil: ANTRA, 2018. Disponível em: [antrabrazil.org/assassinatos](http://antrabrazil.org/assassinatos). Acesso em: 11 abr. 2021.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 292 p.
- CANAVILHAS, João (Org.). **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**. Covilhã (Portugal): Livros LabCom Universidade Da Beira Interior, 2014.
- CRELIER, Cristiane. Expectativa de vida dos brasileiros aumenta para 76,3 anos em 2018. **Agência IBGE Notícias**, 28 nov. 2019. Disponível em: [agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/26103-expectativa-de-vida-dos-brasileiros-aumenta-para-76-3-anos-em-2018](http://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/26103-expectativa-de-vida-dos-brasileiros-aumenta-para-76-3-anos-em-2018). Acesso em: 04 abr. 2021.
- DEPOIS do fervero. Direção: Matheus Gonçalves Faisting. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2017. Disponível em: [www.youtube.com/watch?v=s6YT4oPFEvs](http://www.youtube.com/watch?v=s6YT4oPFEvs). Acesso em: 11 abr. 2021.
- DIAS, Maria Berenice. Homofobia é crime?. *In: **Direito Homoafetivo***, 14 mai. 2012. Disponível em: [www.mariaberenice.com.br/manager/arq/\(cod2\\_615\)homofobia\\_e\\_crime.docx.pdf](http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/(cod2_615)homofobia_e_crime.docx.pdf). Acesso em: 07 abr. 2021.
- GERHARDT, Tatiana Engel *et al.* Estrutura do projeto de pesquisa. *In: \_\_\_\_\_*; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). **Métodos de Pesquisa**. 1.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p.65-88.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017. Disponível em: [cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/chapeco/](http://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/chapeco/). Acesso em: 07 abr. 2021.

\_\_\_\_\_. Disponível em: [cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama](http://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama). Acesso em: 06 abr. 2021.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre a população transgênero**: conceitos e termos. Brasília: Autor, 2012.

LONGHI, Raquel Ritter. *Longform*, a qualidade como protagonista. In: **Jornalismo no Brasil em 2017**, 06 dez. 2016. Disponível em: [medium.com/jornalismo-digital-no-brasil-em-2017/longform-a-qualidade-como-protagonista-f9f9f3c39332](https://medium.com/jornalismo-digital-no-brasil-em-2017/longform-a-qualidade-como-protagonista-f9f9f3c39332). Acesso em: 07 abr. 2021.

\_\_\_\_\_. O turning point da grande reportagem multimídia. In: **Revista Famecos**. Porto Alegre, v. 21, n. 3, setembro-dezembro 2014. p.897-917.

\_\_\_\_\_; WINQUES, Kérley. O lugar do longform no jornalismo online.: Qualidade versus quantidade e algumas considerações sobre o consumo. In: **Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação**. Florianópolis: Compós, 2015. Disponível em: [www.compos.org.br/biblioteca/compos-2015-3c242f70-9168-4dfd-ba4c-0b444ac7347b\\_2852.pdf](http://www.compos.org.br/biblioteca/compos-2015-3c242f70-9168-4dfd-ba4c-0b444ac7347b_2852.pdf). Acesso em: 07 abr. 2021.

MARCIANO, Carlos; WINQUES, Kérley; RIGO, Mauren Del Claro. Di Soli a Soli: os caminhos da reportagem multimídia. In: LONGHI, Raquel; PAULINO, Rita (Orgs). **Gêneros e formatos no ciberjornalismo**. Florianópolis: Insular, 2016. p.17-35.

MIELNICZUK, Luciana. **Jornalismo na web**: uma contribuição para o estudo do formato da notícia na escrita hipertextual. 2003. 246 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Culturas Contemporânea) - Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, 2003.

OLIVEIRA, Lolyane Cristina Guerreiro de. Chevrolet e público feminino: a hibridização na propaganda. In: **Entretextos**, Londrina, v. 13, n. 1, janeiro a junho 2013. p.171-191.

OLIVEIRA, José Marcelo Domingos de; MOTT, Luiz (Orgs.). **Mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil – 2019**: relatório do Grupo Gay da Bahia. 1. ed. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020.

OMS, Organização Mundial da Saúde retira a transexualidade da lista de doenças mentais. **Nações Unidas Brasil**, 06 jun. 2019. Disponível em: [nacoesunidas.org/oms-retira-a-transexualidade-da-lista-de-doencas-mentais/](http://nacoesunidas.org/oms-retira-a-transexualidade-da-lista-de-doencas-mentais/). Acesso em: 05 abr. 2021.

O PODER do pink money. **Isto É Dinheiro**, 31 mai. 2013. Disponível em: [www.istoedinheiro.com.br/noticias/investidores/20130531/poder-pink-money/3262](http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/investidores/20130531/poder-pink-money/3262). Acesso em: 11 abr. 2021.

PRADO, Magaly. **Webjornalismo**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

REIS, Toni (org.). **Manual de Comunicação LGBTQI+**. 2a ed. Curitiba: Aliança Nacional LGBTQI+/GayLatino, 2018. Disponível em: [www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf](http://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf). Acesso em 07 abr. 2021.

RENÓ, Denis Porto. Pesquisa aplicada em comunicação: uma tendência necessária. In: **Comunicação & Sociedade**, v.36, n.1, p.7-30, 2014. Disponível em: [hdl.handle.net/11449/135421](http://hdl.handle.net/11449/135421).

Acesso 09 abr. 2021.

SIMPSON, Keila. Resistir pra existir, existir pra reagir. **Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra)**, 29 jan. 2018. Disponível em: [antrabrasil.org](http://antrabrasil.org). Acesso em: 09 abr. 2021.

STUMPF, Ida Regina Chitto. Pesquisa bibliográfica. *In*: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. p.51-61.

2ª PARADA de Luta LGBT reúne mais de mil ativistas em Chapecó. **Portal Catarinas**, 19 jun. 2017. Disponível em: [catarinas.info/2a-parada-de-luta-lgbt-reune-mais-de-mil-ativistas-em-chapeco/](http://catarinas.info/2a-parada-de-luta-lgbt-reune-mais-de-mil-ativistas-em-chapeco/). Acesso em: 07 abr. 2021.